

Munck, Ronaldo (org.), Labour and Globalisation: Results and Prospects

Hermes Augusto Costa



Electronic version

URL: <http://rccs.revues.org/965>
ISSN: 2182-7435

Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade
de Coimbra

Printed version

Date of publication: 1 décembre 2005
Number of pages: 145-149
ISSN: 0254-1106

Electronic reference

Hermes Augusto Costa, « Munck, Ronaldo (org.), *Labour and Globalisation: Results and Prospects* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 73 | 2005, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 09 Outubro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/965>

The text is a facsimile of the print edition.



Recensões

Munck, Ronaldo (org.) (2004), *Labour and Globalisation: Results and Prospects*. Liverpool: Liverpool University Press, 254 pp.

Quem pretender ter uma visão detalhada dos problemas com que o mundo do trabalho se confronta no contexto da globalização económica, poderá encontrar em *Labour and Globalisation: Results And Prospects* muitas respostas e pistas de análise. Trata-se de uma obra organizada por um dos mais reputados cientistas sociais deste tema e que vem complementar outras obras igualmente de referência do mesmo autor: *Labour Worldwide In The Era Of Globalisation*, Londres, MacMillan Press, 1999 (co-organizada com Peter Waterman); ou *Globalisation And Labour*, Londres, Zed Books, 2002, são apenas dois exemplos.

Um rápido olhar sobre o notável elenco de colaboradores deste livro é, só por si, motivo de interesse e garante de qualidade. Ainda que partindo de pontos de vista e realidades sociais distintos, os vários artigos deste livro têm em comum o facto de perspectivarem as respostas à globalização encetadas pelas organizações do “trabalho”, os desafios de afirmação de uma transnacionalização da acção laboral, assim como as limitações a essa afirmação. Como é salientado por Ronaldo Munck na introdução (p. 14), o trabalho enquanto movimento social, ao estabelecer um controlo social e democrático sobre a globalização, tem um papel económico, político e cultural crucial a desempenhar, razão pela qual será ainda prematuro afirmar (como o faz Manuel Castells) que “movimento operário está historicamente superado” (p. 1). Daí que seja importante, segundo Munck, proceder a uma desconstrução do(s) discurso(s) da globalização e analisar as

respostas do movimento operário. Ainda assim, mesmo que a globalização desafie o movimento sindical a reforçar-se transnacionalmente (confederal, sectorial ou regionalmente), Munck não deixa igualmente de apontar algumas limitações à transnacionalização laboral/sindical. Uma limitação prende-se com a escassez de tentativas de teorização e definição de uma agenda de investigação sobre a transnacionalização do sindicalismo. A proposta de uma extensão da teoria da segmentação do trabalho à escala internacional, no sentido da criação de um “mercado de trabalho singular” assente numa standardização de condições de emprego é uma possibilidade a ter em conta, desde logo se se atentar na criação de laços entre trabalhadores da mesma empresa multinacional em diferentes países. No entanto, se se pensar também que os trabalhadores da Volkswagen da Alemanha e os trabalhadores da Volkswagen do Brasil não partilham um “mercado de trabalho singular”, pois estão inseridos respectivamente em mercados de trabalho alemães e brasileiros com características sociais, económicas, políticas e culturais muito diferentes, essa pretensão de um mercado de trabalho singular cai por terra. Uma outra limitação prende-se com o facto de muitas análises do transnacionalismo laboral assentarem em oposições binárias – nacional/internacional; local/global; base/topo – consideradas pouco desafiantes ou mesmo redutoras teórica e empiricamente (pp. 10-11).

Em termos formais, o livro está estruturado em três partes. A primeira parte dedica-se às *dimensões globais* da actividade laboral.

A segunda parte versa sobre as *dimensões espaciais* em que ocorre o confronto do trabalho com a globalização. A terceira parte, por fim, centra-se em algumas *dimensões sociais* chave do repertório global da acção laboral/sindical.

Nos quatro artigos da primeira parte, o denominador comum são os apelos globais à participação laboral, podendo no entanto aqui o leitor “escolher” entre o que me parecem ser quatro planos de análise distintos: o plano dos conceitos; dos actores; dos debates; e dos veículos de luta. Os *conceitos* são-nos trazidos por Richard Hyman (capítulo 1). Como compatibilizar “segurança” com “flexibilidade” no emprego, como podem os sindicatos defender a “democracia” no emprego se não forem também suficientemente democráticos, ou ainda como repensar a “comunidade” nas situações em que o local de trabalho deixou de ser fonte de socialização, são apenas algumas interrogações que aqueles conceitos sugerem. Quanto aos *actores* sindicais internacionais, o destaque dado por Rebecca Gumbrell-McCormick (capítulo 2) vai para a história da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), seus objectivos e posicionamento perante questões como a “cláusula social” ou a adopção de códigos de conduta por parte das empresas multinacionais. A autora acaba por antecipar o plano dos *debates*, plano este que Robert O’Brien (capítulo 3) aprofunda tendo por base os padrões internacionais de trabalho. No quadro actual da globalização – que para o autor constitui uma “nova fase do imperialismo” (p. 54) –, a divisão entre o Norte e o Sul repercute-se igualmente na forma dual como as organizações sindicais se posicionam perante o debate sobre a cláusula social no contexto da Organização Mundial do Comércio. Por fim, Eric Lee (capítulo 4) fala-nos de um dos *veículos* que porventura melhor permite acalantar esperanças de renovação do

movimento sindical. Com efeito, a *Internet* conduz-nos pelos caminhos de uma rede de trabalho global (*global labournet*) mediada por computador na direcção de uma “Nova Internacional Operária”, para Lee a “primeira organização de trabalhadores verdadeiramente global” (p. 71). Ainda assim, apesar de optimista, o autor é também realista e por isso não esquece os obstáculos à criação de uma rede laboral verdadeiramente global, sendo o maior deles a inexistência de *software* de tradução automática para a língua dos interessados num determinado assunto susceptível de partilha transnacional.

Na segunda parte do livro – relativo aos *loci* em que ocorre o confronto do trabalho com a globalização –, dois artigos (de autoria de Jane Wills e James Goodman) tomam a empresa multinacional como referência principal e outros dois (de autoria de Roger Southall e Andries Bezuidenhout, capítulo 7, e de John French, capítulo 8) fornecem contributos sócio-históricos sobre o papel do trabalho no quadro do NAFTA e sobre o activismo dos sindicatos sul-africanos na luta contra o *apartheid*. Os dois primeiros artigos são aqueles que, a meu ver, por estarem mais orientados para o futuro, melhor dão conta do “terreno de luta” preferencial de combate à globalização, i.e., as empresas multinacionais. Por um lado, Jane Wills (capítulo 5) procura mostrar como a experiência dos Conselhos de Empresa Europeus (CEE) poderá contribuir para os sindicatos se libertarem de uma herança histórica muito marcada pelo peso das organizações nacionais, pela negociação no local de trabalho e pelo apego a comportamentos burocráticos (p. 86). Ao estudar uma das primeiras empresas multinacionais do Reino Unido a constituir um CEE (em 1995), a autora não se furta (e a meu ver bem) a relatar alguns sinais de cepticismo laboral que atravessam esta experiência. Ainda assim,

a autora realça que as redes criadas em redor dos CEE poderão constituir a base de uma “activa solidariedade internacional” (p. 90) e, quiçá, contribuir mesmo para mobilizar comunidades inteiras, associações de consumidores, grupos de activistas de direitos humanos, etc., chamando a atenção para questões como o encerramento de empresas, o trabalho infantil, o desrespeito dos padrões de trabalho, etc., e configurando, assim, um movimento social mais amplo (p. 100). Por outro lado, o contributo de James Goodmman (capítulo 6) centra-se na campanha contra aquela que é considerada a maior empresa multinacional de mineração do mundo, a Rio Tinto. Ainda que o autor parta de uma perspectiva australiana, as práticas anti-sindicais da Rio Tinto nasceram mesmo na África do Sul, tratando-se da “primeira campanha sindical verdadeiramente global tendo por alvo uma empresa multinacional” (p. 106). Além disso, embora seja sobretudo realçado o papel da Federação Sindical Internacional da Química, Energia e Mineração contra a Rio Tinto, o autor não deixa igualmente de referir o envolvimento, desde o início, de organizações ambientalistas, povos indígenas e organizações de direitos humanos, num esforço conjunto de denunciar e debelar os abusos da multinacional. Afinal, o que estão em causa conjuntamente são “lutas pela redistribuição, lutas pelos meios de reprodução e lutas pelas sobrevivência” (p. 111).

Finalmente, na terceira parte do livro é também possível agrupar artigos. Os dois primeiros (da autoria de Linda Shaw, capítulo 9, e de Michael Lavalette e Steve Cunningham, capítulo 10) discutem respectivamente o tema dos códigos de conduta e do trabalho infantil e adoptam uma visão “para além dos sindicatos”. Os restantes dois artigos analisam condições de luta concretas das organizações de trabalhadores (dos trabalhadores das docas de

Liverpool, capítulo 11, da autoria de Jane Kennedy e Michael Lavalette, assim como dos sindicatos da aviação civil internacional, capítulo 12). Sem prejuízo da excelência de todos os artigos, destacaria, todavia, a contribuição de Paul Blyton, Miguel Martínez Lúcio, John McGurk e Peter Turnbull (capítulo 12). Centrando-se num sector com características eminentemente globais (indústria da aviação civil internacional), este artigo retrata particularmente bem os impactos da globalização sobre a actividade laboral e as respostas dadas pelas organizações sindicais, indo assim ao encontro do objecto central de análise da obra. Os autores partem de um estudo internacional por eles próprios realizado, realçando os impactos negativos para os trabalhadores resultantes de uma reestruturação global do sector. A intensidade do ritmo de trabalho, a segurança no emprego, a satisfação com o emprego, as relações capital-trabalho, o número de horas de trabalho, a saúde e segurança, são, entre outros, alguns dos itens analisados nos quais foi possível constatar tais impactos (pp. 232-236). A partir daqui, os autores (socorrendo-se da proposta de Harvie Ramsay) reflectem sobre aquelas que podem ser consideradas as bases para uma efectiva acção sindical internacional: a filiação sindical internacional; o reforço da sindicalização; a concessão de maior autoridade às federações sindicais; um maior reconhecimento externo por parte de empregadores, governos ou agências internacionais do papel dos actores sindicais à escala internacional (pp. 238-241).

É discutível a arrumação dos artigos em três secções, pois fica a ideia de que tal arrumação visou garantir uma distribuição equitativa dos textos. Embora este pareça ser um problema de “forma”, julgo, no entanto, que interfere (ainda que sem o prejudicar) com o “conteúdo” da obra, sobretudo se atentarmos na classificação

da última dimensão de análise (a *dimensão social*). Na verdade, não fica propriamente claro (ou pelo menos o leitor não parece ser suficientemente elucidado) o que faz com que o reportório global da acção laboral seja “social” ou, pelo menos, um “social” diferente do que igualmente subjaz às dimensões global e espacial: não haverá, afinal, afinidades entre o debate sobre os padrões internacionais de trabalho (capítulos 3 e, com menor relevo, 2) e o debate sobre os códigos de conduta e o trabalho infantil (capítulos 9 e 10)? E os CEE, por outro lado, não poderão ser vistos como instrumento de reivindicação social que, apesar de originário do Espaço Económico Europeu, têm vindo a estimular a criação de instituições do mesmo tipo à escala internacional?

Assim sendo, assumir intertextualidade entre as 3 dimensões em análise é a melhor forma de olhar globalmente para esta obra. Apesar de os vários artigos de *Labour and Globalisation* depositarem um voto de confiança nos sindicatos, considero que há um tema que acaba por ser abordado (mesmo que temerariamente) por um número considerável de artigos e que, a meu ver, agrega simultaneamente as dimensões global, espacial e social. Refiro-me à necessidade de o movimento sindical se ter de configurar como novo movimento social. Esta é, de resto, uma questão cada vez mais recorrente nos discursos dos académicos, mas que também vai sendo crescentemente escutada aos próprios sindicalistas. Trata-se de uma questão chave, chamando a atenção para a necessidade de os sindicatos furarem o “cerco organizacional” (que muitas vezes é também um cerco ideológico) que delimita as suas actividades. Não estamos diante de questão fácil, como bem assinala Jane Wills, pois mudar culturas sindicais de modo a transformar os sindicatos em “movimentos sociais” é um processo “muito lento e penoso” (p. 88), tanto

mais que os sindicatos foram historicamente, como reforça Linda Shaw, os representantes exclusivos dos interesses do trabalho, sendo o movimento operário sinónimo de movimento sindical (p. 174). Faz por isso todo o sentido a interrogação/indignação que nos é trazida por Denis MacShane no prefácio da obra (p. ix): se o novo proletariado é hoje composto maioritariamente por imigrantes, onde estão os líderes sindicais provenientes de comunidade étnicas minoritárias?

Esta é, seguramente, uma das questões em aberto a que o livro não dá resposta, afinal porque o próprio movimento sindical ainda não lhe soube também dar resposta. Outra questão em aberto (a que este livro não dá resposta, pois a sua ocorrência é posterior à data da publicação do livro) é a que se prende com o projecto de constituição de uma nova confederação sindical internacional, resultante da resolução aprovada no XVIII Congresso Mundial da CISL (Dezembro de 2004). Baseado num “juntar de forças” entre as organizações da CISL e da Confederação Mundial do Trabalho, será esse esforço organizacional (cuja concretização se prevê para o final de 2006) sinónimo de um esforço democratizador no seio do movimento sindical internacional, capaz de criar uma verdadeira “frente comum” contra a globalização? E o que sucederá, por exemplo, com a Confederação Europeia de Sindicatos? Não estando filiada na CISL, estará efectivamente disposta a fazer parte da “Nova Internacional Operária” ou, pelo contrário, entenderá preferível conservar a sua autonomia e excepcionalidade europeias?

Em síntese, estamos perante uma obra de inegável interesse não só teórico, mas também empírico, de “terreno”, bem testemunhado pela exposição dos principais debates, polémicas, problemáticas que atravessam o mercado de trabalho e as

organizações de trabalhadores. A sua riqueza não residirá propriamente na novidade que propõe – pois a discussão da relação entre globalização e trabalho não é aqui inaugurada, apesar de as análises sobre a mesma só na última década terem vindo a ganhar maior destaque (no contexto editorial português, por exemplo, o

volume organizado por Boaventura de Sousa Santos, *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*, Porto, Afrontamento, 2004, parece constituir mesmo um “exemplar único”) –, mas sim pela actualidade que nela se projecta.

Hermes Augusto Costa